



O DISCURSO DA ESQUERDA EM MARÇO DE 1964

As reformas e o medo do golpe

Daniel de Mendonça*

Março de 1964 serviu de palco para a eclosão de uma série de protestos sociais em torno da questão que polarizou as posições políticas naquele conturbado período: as reformas de base anunciadas pelo presidente João Goulart no Comício da Central do Brasil em 13 de março. Organizado por entidades sindicais, partidos e grupos políticos de esquerda, legais e clandestinos, o evento teve uma estrondosa repercussão nos meios civis e militares, gerando um clima de intensa instabilidade política.

Nesse sentido, o presente artigo tem como objetivo analisar uma série de manifestações dos principais grupos de esquerda que davam sustentação política ao governo João Goulart em março de 1964. É possível, a partir dos documentos que serão aqui analisados, apontar um discurso comum entre tais grupos heterogêneos, no sentido de que, por um lado, todos compartilhavam com o desejo da implementação das reformas de base. Por outro lado, esses grupos nutriam igualmente o medo de um golpe civil-militar contra as instituições democráticas brasileiras, o que afinal acabou por ocorrer em 31 de março.

* Doutor em Ciência Política pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Professor no Mestrado em Ciências Sociais e no Instituto de Sociologia e Política da Universidade Federal de Pelotas.

É importante, desde já frisar que, para tais grupos, o presidente João Goulart adquire relevante importância naquele conturbado contexto, uma vez que as medidas concretas em direção às reformas de base têm origem em decretos presidenciais¹ emanados nos dias 13 e 14 de março. Desta feita, o teor dos documentos que serão analisados, além de defenderem a realização das reformas, denunciam uma conspiração civil-militar para derrubar Jango, o instrumento da implementação de tais medidas populares.

1 O panfleto dos organizadores do comício da central do Brasil

No início de 1964, ante a impossibilidade dos principais partidos políticos (PSD, PTB e UDN), via processo legislativo, chegarem a acordos substantivos sobre a instituição das reformas de base propostas pelo Executivo federal, mormente a reforma agrária, João Goulart apostou na estratégia de imposição ao Congresso Nacional da “pressão popular”, ou seja, a promoção do embate entre o Congresso Nacional – formado majoritariamente pelo PSD e pela UDN e contrários às políticas de Goulart – e as organizações político-sindicais para forçar a aprovação das reformas.^{2 3}

¹ Os decretos presidenciais, editados em março de 1964, são o da SUPRA, mais conhecido como o da reforma agrária, que em seu art. 1º estatui: “Art. 1º Ficam declaradas de interesse social, para efeito de desapropriação, nos termos e para os fins previstos no art. 147 da Constituição Federal e na Lei nº 4.132, de 10 de setembro de 1962, as áreas rurais compreendidas em um raio de 10 (dez) quilômetros dos eixos das rodovias e ferrovias federais, e as terras beneficiadas ou recuperadas por investimentos exclusivos da União em obras de irrigação, drenagem e açudagem”. Outro decreto presidencial fundamental naquele conturbado contexto, assinado por Goulart, é o de nº 53.701/64, que “declara de utilidade pública, para fins de desapropriação em favor da Petróleo Brasileiro S.A. (Petrobrás), em caráter de urgência, as ações das companhias permissionárias de refino de petróleo”.

² Silva enfatiza da seguinte forma a estratégia do presidente: “Em janeiro, o Presidente João Goulart havia decretado a revisão dos novos níveis do salário mínimo. Após a assinatura do documento, Jango reuniu-se, no Palácio das Laranjeiras, com as lideranças sindicais. Nasceu, nesse encontro, a idéia da convocação de um ato público para que o Presidente fizesse a “prestação de contas” ao povo e ao mesmo tempo buscasse o apoio popular para o seu programa de reformas de base. Essa manifestação serviria para pressionar o Congresso na votação dos respectivos projetos” (SILVA, 1975, p. 320) (grifos do autor).

³ Idêntica é a análise de Menandro acerca das razões do Comício da Central do Brasil: “A orientação nacionalista-reformista adotada por Goulart desde o início do seu governo já havia desencadeado a oposição dos setores dominantes do país e de largos segmentos das classes médias e da oficialidade. A estabilidade do governo tornara-se precária, em meio a uma crise econômica e uma inflação vertiginosa. Nos primeiros meses de 1964, Goulart

Assim, em 19 de fevereiro de 1964, foi convocada a “Concentração popular dia 13 de março na central do Brasil: aos trabalhadores e ao povo em geral”.⁴ É digno de nota que a organização do Comício consistiu numa vasta articulação de entidades sindicais de inúmeras categorias urbanas e rurais, estudantes universitários e secundários, parlamentares pró-reformas, dentre outros.⁵ O documento inicia da seguinte forma:

As entidades sindicais e organizações que subscrevem esta convocação, na qualidade de autênticas e legítimas representantes de tôdas as categorias profissionais de trabalhadores da cidade e do campo, dos servidores públicos civis e militares, dos estudantes e das demais camadas e setores populares, juntamente com a Frente Parlamentar Nacionalista, convocam os trabalhadores e o povo em geral para participarem da CONCENTRAÇÃO POPULAR que será realizada no próximo dia 13 de março (sexta-feira), com início às 17,30 horas, na Praça da República (lado da Central do Brasil) e para a qual está convidado, e comparecerá, o senhor Presidente da República.

procurou estrategicamente mobilizar as massas para a implementação das reformas de base que vinham sendo bloqueadas pelo Congresso. Com esse intuito, determinou a elaboração da mensagem a ser enviada ao Congresso por ocasião da abertura da sessão legislativa de 1964 e, com o apoio dos sindicatos, convocou um comício para o dia 13 de março no Rio de Janeiro, três dias antes da abertura dos trabalhos legislativos. Outros comícios, também apoiados pelos sindicatos e presididos por Goulart, foram programados para Porto Alegre, Recife, Belo Horizonte e São Paulo. A campanha pelas reformas de base deveria culminar na capital paulista com uma concentração de um milhão de trabalhadores no dia 1º de maio” (MENANDRO/DHBB, 2001, p. 1459).

⁴ O documento “Concentração popular dia 13 de março na central do Brasil: aos trabalhadores e ao povo em geral” foi extraído do Arquivo da FGV/CPDOC (ref. AAP 64.02.19).

⁵ O panfleto convocatório do Comício da Central do Brasil foi assinado pelas seguintes entidades: Comando Geral dos Trabalhadores, Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria, Confederação Nacional dos Trabalhadores em Transportes Marítimos, Fluviais e Aéreos, Confederação Nacional dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Crédito, Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura, Confederação Nacional dos Trabalhadores no Comércio, Confederação Nacional dos Trabalhadores em Transportes Terrestres, Confederação dos Servidores Públicos do Brasil, Federação Nacional dos Jornalistas, Federação Nacional dos Trabalhadores em Empresas Telegráficas, Radiotelegráficas e Radiotelefônicas, Federação Nacional dos Ferroviários, Comando dos Trabalhadores Intelectuais, União dos Portuários do Brasil, União Nacional dos Estudantes, União dos Previdenciários do Brasil, Pacto de Unidade e Ação, Comissão Permanente das Organizações Sindicais, União Brasileira dos Estudantes Secundários, Frente Parlamentar Nacionalista, Liga Feminina da Guanabara e União Brasileira dos Servidores Postais e Telegráficos.

Neste trecho inicial, o panfleto dirige uma “convocação”, ou seja, uma “ordem”, uma “obrigação de cumprimento” para que “os trabalhadores e o povo em geral”, uma vez que convocados por “entidades sindicais e organizações” que são “autênticas e legítimas representantes de todas as categorias profissionais de trabalhadores da cidade e do campo”, participem da “CONCENTRAÇÃO POPULAR que será realizada no próximo dia 13 de março (sexta-feira), com início às 17,30 horas, na Praça da República (lado da Central do Brasil)”. Neste trecho, é mencionada ainda a participação do presidente da República, que havia sido convidado e estava com a sua presença confirmada.

O tom de “convocação” é destinado a todos os brasileiros, tendo em vista a expressão “trabalhadores e povo em geral”. A chamada da concentração popular visa a atingir a atenção de todos os leitores, tendo em vista que os seus destinatários são os “trabalhadores” e o “povo em geral”, ou seja, todos os brasileiros, acrescida ainda do anúncio da presença do presidente da República, que é presidente de todos os “trabalhadores e do povo em geral” e que, se irá a uma manifestação dessas, por consequência, tratará de assunto do interesse de todos. Na seqüência do documento:

Os trabalhadores e o povo em geral demonstrarão, nessa oportunidade, que estão decididos a participar, ativamente, das soluções para os problemas nacionais e manifestarão sua inabalável disposição a favor das reformas de base, entre as quais a agrária, a bancária, a administrativa, a universitária e a eleitoral, que querem ver concretizadas neste ano de 1964.

De igual forma, manifestando em praça pública a defesa das liberdades democráticas e sindicais, exigiremos também a extensão do direito de voto aos analfabetos, soldados marinheiros e cabos, e elegibilidade para todos os eleitores, bem como a necessidade de imediata anistia a todos os civis e militares indiciados e processados por crimes políticos e pelo exercício de atividades sindicais.

Feita a convocação no primeiro trecho, o panfleto, neste momento, enuncia as reivindicações dos “trabalhadores e do povo em geral”, o que

justifica o tom “convocatório” do seu início, a saber: 1) “reformas de base, entre as quais a agrária, a bancária, a administrativa, a universitária e a eleitoral, que querem ver concretizadas neste ano de 1964”; 2) “extensão do direito de voto aos analfabetos, soldados marinheiros e cabos, e elegibilidade para todos os eleitores” e; 3) “anistia a todos os civis e militares indiciados e processados por crimes políticos e pelo exercício de atividades sindicais”.

Nestes três conjuntos de reivindicações, é importante lembrar que o primeiro conjunto diz respeito ao que se pode chamar de a “cota do presidente”, ou seja, as reformas de base, as quais já faziam parte da agenda política do Executivo federal desde o início do governo Goulart, mas sem se ter alcançado resultados positivos nas discussões dos parlamentares no Congresso Nacional. O presidente, como já apontado, apostava que as “pressões populares” pudessem forçar as “reformas” e, evidentemente que as mesmas tinham pleno apoio das entidades organizadoras do Comício, tendo em vista serem também reivindicações de seus interesses. Os dois outros conjuntos de reivindicações já podem ser alocadas na “cota das entidades organizadoras do Comício”. A “extensão do direito de voto aos analfabetos, soldados marinheiros e cabos, e elegibilidade para todos os eleitores” refere-se principalmente à “Revolta dos Sargentos”,⁶ ocorrida em função da vigente inelegibilidade dos sargentos, tendo em vista decisão do Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul, que cassou o mandato do deputado estadual eleito pelo PTB/RS, o sargento do Exército, Aimoré Zoch Cavalheiro, que após foi confirmada pelo Supremo Tribunal Federal. Já, a “anistia a todos os civis e militares indiciados e processados por crimes políticos e pelo exercício de atividades sindicais”, também da “cota das entidades organizadoras do Comício”, refere-se às prisões de líderes de movimentos sociais, como

⁶ A “Revolta dos Sargentos”, segundo Sérgio Lamarão, consistiu na “rebelião ocorrida por cabos, sargentos e suboficiais da Aeronáutica e da Marinha em 12 de setembro de 1963, em Brasília. Foi motivada pela decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) de reafirmar a inelegibilidade dos sargentos para os órgãos do Poder Legislativo, conforme previa a Constituição de 1946. Consistiu na ocupação de importantes prédios públicos na capital federal e na prisão de algumas autoridades por poucas horas. Foi debelada no mesmo dia por contingentes do Exército” (LAMARÃO/DHBB, 2001, p. 4992).

foi o caso dos sublevados da “Revolta dos Sargentos”. O documento convocatório conclui da seguinte forma:

Conclamamos os trabalhadores e o povo em geral para essa demonstração cívica de unidade e patriotismo, na defesa das soluções populares e nacionalistas para os problemas brasileiros, certos de que ao povo compete, legitimamente, traçar os rumos definitivos dos destinos nacionais e de que, de sua mobilização, depende o êxito de qualquer programa que vise ao atendimento das necessidades sociais e dos supremos interesses da Nação, como a reformulação da política econômico-financeira e de medidas outras que conduzam ao fortalecimento do monopólio estatal do petróleo e a ampliação da Petrobrás, à efetivação da Reforma Agrária, como a declaração de utilidade pública ou de interesse social para efeito de desapropriação e entrega aos camponeses sem terra, das áreas inaproveitáveis situadas às margens dos açudes, ferrovias e rodovias, cujo Decreto deverá o Presidente da República assinar na oportunidade daquele ato público.

TUDO PELA UNIDADE DO POVO E AMPLIAÇÃO DA DEMOCRACIA
BRASILEIRA!

TUDO PELA CONCRETIZAÇÃO DAS REFORMAS DE BASE!

TUDO PELAS LIBERDADES DEMOCRÁTICAS E SINDICAIS!

TODOS À CONCENTRAÇÃO POPULAR DO DIA 13 DE MARÇO, ÀS
17,30 HORAS, NA PRAÇA DA REPÚBLICA!

Rio de Janeiro, 19 de fevereiro de 1964.

O documento finaliza com uma nova chamada aos “trabalhadores” e ao “povo em geral”, ou seja, uma “conclamação” geral diante do importante papel que o povo e os trabalhadores brasileiros teriam de cumprir naquele momento. O papel a ser cumprido é claro: “ao povo compete, legitimamente, traçar os rumos definitivos dos destinos nacionais e de que, de sua mobilização, depende o êxito de qualquer programa que vise ao atendimento das necessidades sociais e dos supremos interesses da Nação”. Dito por outras palavras: o povo precisa ser partícipe das mudanças relativas aos “interesses da Nação”. Para tanto, a concentração popular que está sendo chamada é justamente para dar provas de que o povo será efetivamente partícipe dessas mudanças.

Na seqüência do excerto, o documento acrescenta mais uma reivindicação, ou seja, demanda “medidas outras que conduzam ao fortalecimento do monopólio estatal do petróleo e a ampliação da Petrobrás”, o que até então não fazia menção explícita. Tal reivindicação fazia também parte da agenda de ações do Executivo federal na direção das reformas de base, visto que, em 13 de março, data do Comício ao qual o documento conclama o povo, é assinado o Decreto n° 53.701/64 que “declara de utilidade pública, para fins de desapropriação em favor da Petróleo Brasileiro S.A. (Petrobrás), em caráter de urgência, as ações das companhias permissionárias de refino de petróleo”. Essa medida de Goulart, por um lado, fortalece o monopólio estatal, uma vez que termina definitivamente com as permissionárias então vigentes e, por outro lado, amplia o poder da Petrobrás, tendo em vista que a desapropriação tem como resultado o aumento do patrimônio da companhia petrolífera estatal. Ao final, o documento renova a reivindicação de reforma agrária, acrescentando o fato de que o presidente assinará no Comício, o decreto de declaração de utilidade pública para tal fim.

2 A revolta na marinha e o discurso do cabo Anselmo

Uma das questões que mais incomodava a alta oficialidade era a insurgência e a indisciplina nos próprios quadros das Forças Armadas. Em setembro de 1963, a Aeronáutica e a Marinha já haviam experimentado ações consideradas perigosas em relação à disciplina e à hierarquia, a partir da revolta dos sargentos, como já antes mencionado. Em março de 1964, seguiu-se outro protesto oriundo dos baixos escalões das Forças Armadas, cujas reivindicações seguem abaixo, a partir das próprias palavras do cabo Anselmo, líder do movimento, em manifestação⁷ proferida em 25 de março, que assim inicia:

Aceite, senhor presidente, a saudação dos marinheiros e fuzileiros navais do Brasil, que são filhos e irmãos dos operários, dos camponeses,

⁷ O presente documento encontra-se disponível em Bonavides (2002).

das donas de casa, dos intelectuais e dos oficiais progressistas das nossas Forças Armadas; aceite, senhor presidente, a saudação daqueles que juraram defender a pátria, e a defenderão se preciso for com o próprio sangue dos inimigos do povo: o latifúndio e imperialismo; aceite, senhor presidente, a saudação do povo fardado que, com ansiedade, espera a realização efetiva das reformas de base, que libertarão da miséria os explorados do campo e da cidade, dos navios e dos quartéis. Brasileiros civis e militares! Meus companheiros! A Associação dos Marinheiros e Fuzileiros Navais do Brasil completa, neste mês de março, o seu segundo aniversário. E foram as condições históricas, a fome, as discriminações, os anseios de liberdade, as perseguições e as injustiças sociais, que determinaram a criação de uma sociedade civil, realmente independente, com a finalidade de unir, através da educação, da cultura e da recreação, os marinheiros e fuzileiros navais do Brasil.

A manifestação inicia com a preocupação em equiparar os marinheiros e os fuzileiros navais principalmente com o que o enunciador busca dar a entender no discurso com o que há de mais popular. Assim, os “marinheiros e fuzileiros navais do Brasil” são “filhos” e “irmãos” “dos camponeses, das donas de casa, dos intelectuais e dos oficiais progressistas das nossas Forças Armadas”. Se são filhos e irmãos desses brasileiros, é a eles que os marinheiros e fuzileiros devem as suas ações. É interessante notar que o discurso do cabo Anselmo é dirigido ao presidente da República e que o uso de “artifícios populares”, como os utilizados neste primeiro excerto, servem para buscar a aceitação do presidente ao que será a ele demandado. Nesse sentido, se o presidente atender ao que é solicitado pelos marinheiros e fuzileiros navais estará atendendo, conseqüentemente, as “classes populares”, pois que são esses militares seus filhos e irmãos.

Ainda como forma de identificação desses militares, o enunciador evoca a posição política de esquerda desse grupo: contra o latifúndio, contra o imperialismo e a favor das reformas de base, ou seja, plenamente alinhada com grupos políticos na linha do Comando Geral dos Trabalhadores, União Nacional dos Estudantes, Pacto de Unidade e Ação e Frente Parlamentar Nacionalista. Destaque especial deve ser dado à “an-

siedade” pela efetivação das “reformas de base”, pois essas “libertarão da miséria os explorados do campo e da cidade, dos navios e dos quartéis”. Nesse particular, havia uma “esperança” dos grupos políticos de esquerda em geral de que as reformas de base trariam maior equidade econômico-social para os brasileiros mais pobres. A novidade, contudo, deve ser dada em relação ao que o cabo Anselmo está chamando de “miseráveis” e “explorados” dos “navios e quartéis”. Desta feita, as reformas de base, pelas quais esse grupo de militares também lutava, devia-se também pela condição de miserabilidade e de exploração em que os marinheiros e fuzileiros navais passavam nos navios e nos quartéis.

É também no sentido de lutar contra essa situação de miserabilidade e de exploração que afirma o cabo Anselmo que foi criada a Associação dos Marinheiros e Fuzileiros Navais do Brasil e que, naquela ocasião, completava dois anos de existência: “foram as condições históricas, a fome, as discriminações, os anseios de liberdade, as perseguições e as injustiças sociais, que determinaram a criação de uma sociedade civil, realmente independente, com a finalidade de unir (...) os marinheiros e fuzileiros navais do Brasil”. Na seqüência do pronunciamento:

Autoridades reacionárias, aliadas ao antipovo, escudadas nos regulamentos arcaicos e em decretos inconstitucionais, a qualificam de entidade subversiva. Será subversivo manter cursos para marinheiros e fuzileiros? Será subversivo dar assistência médica e jurídica? Será subversivo visitar a Petrobrás? Será subversivo convidar o Presidente da República para dialogar com o povo fardado?

Quem tenta subverter a ordem não são os marinheiros, os soldados, os fuzileiros, os sargentos e os oficiais nacionalistas, como também não são os operários, os camponeses e os estudantes.

A verdade deve ser dita.

Neste ponto, o enunciador menciona que a Associação dos Marinheiros e Fuzileiros Navais do Brasil é considerada “entidade subversiva” por “autoridades reacionárias, aliadas ao antipovo”. A razão para a Associação ser assim considerada se dá pelo fato de que, sendo as Forças Armadas instituições hierárquicas, essas não podem consentir com a

existência de uma Associação de caráter político formada pelos baixos escalões militares, pois isso pode resultar na quebra dessa hierarquia, que é a espinha dorsal de instituições dessa natureza. Apesar da qualificação de “entidade subversiva”, o cabo Anselmo, ao negá-la, promete desvendar quem são os verdadeiros subversivos. “A verdade deve ser dita”, é a expressão que introduz a denúncia do enunciador. Com essa expressão, o locutor espera que o leitor preste atenção, pois ele próprio considera-se dono da completa verdade que doravante será enunciada.

Quem, neste país, tenta subverter a ordem são os aliados das forças ocultas, que levaram um presidente ao suicídio, outro à renúncia, e tentaram impedir a posse de Jango e agora impedem a realização das reformas de base; quem tenta subverter são aqueles que expulsaram da gloriosa Marinha o nosso diretor, em Ladário, por ter colocado na sala de reuniões um cartaz defendendo o monopólio integral do petróleo; quem tenta subverter a ordem são aqueles que proibiram os marujos do Brasil, nos navios, de ouvir a transmissão radiofônica do comício das reformas.

No início do excerto, o cabo Anselmo faz menção genérica aos grupos políticos que “realmente” subvertem a ordem no país: “quem, neste país, tenta subverter a ordem são os aliados das forças ocultas, que levaram um presidente ao suicídio, outro à renúncia, e tentaram impedir a posse de Jango e agora impedem a realização das reformas de base”. É interessante, neste particular, sugerir que, para o enunciador, o golpe em curso estava sendo articulado pelos mesmos grupos políticos que “provocaram” o suicídio de Vargas, que levaram Jânio Quadros à renúncia e que buscaram impedir a posse de João Goulart. No momento do discurso, segundo o cabo Anselmo, o mesmo grupo visava a impedir as reformas de base.

Além disso, fica claro que, nesse ponto, o enunciador alinha-se plenamente com o discurso do CGT e de outros grupos pró-reformas, constituindo-se, portanto, num discurso de esquerda no seio do militarismo brasileiro. Esse discurso estava em total desacordo com o dos oficiais militares. Além do desacordo, era um discurso que ameaçava o da alta oficialidade, quando afirma a expulsão, dos quadros da Marinha, do

diretor da Associação dos Marinheiros e Fuzileiros Navais do Brasil e quando menciona, ainda, a proibição da escuta do comício das reformas de base nos navios da Marinha. Na seqüência do documento:

Somos homens fardados. Não somos políticos. Não temos compromissos com líderes ou facções partidárias. Entretanto, neste momento histórico, afirmamos o nosso entusiástico apoio ao decreto da Supra, ao da encampação de Capuava e demais refinarias particulares, e ao do tabelamento dos alugueis. Aguardamos, aliados ao povo, que o Governo Federal continue a tomar posições em defesa da bolsa dos trabalhadores e da emancipação econômica do Brasil. Na data de hoje comemoramos o nosso segundo aniversário, isto é, o aniversário da Associação dos Marinheiros e dos Fuzileiros Navais do Brasil.

Afirma no princípio do excerto: “não somos políticos. Não temos compromissos com líderes ou facções partidárias”. Contudo, parece claro que o próprio o discurso está plenamente de acordo com a concepção política da esquerda brasileira do período. Para corroborar com esta filiação política de esquerda, o enunciador menciona como positivo os decretos da reforma agrária, da encampação das refinarias de petróleo particulares e o do tabelamento dos alugueis. Os aliados dos marinheiros e dos fuzileiros, em geral, militares das baixas patentes das três Armas e os operários, ficam ainda mais evidentes na parte seguinte:

Ao nosso lado estão os irmãos das outras armas: sargentos do Exército e da Aeronáutica, soldados, cabos e sargentos da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros. Estão, também, companheiros da mesma luta, os sargentos da nossa querida Marinha de Guerra do Brasil. Aqui, sob o teto libertário do Palácio do Metalúrgico, sede do glorioso e combativo Sindicato dos Trabalhadores Metalúrgicos do Estado da Guanabara, que é como o porto em que vem ancorar o encouraçado de nossa Associação, selamos a unidade dos marinheiros, fuzileiros, cabos e sargentos da Marinha com os nossos irmãos militares do Exército e da Aeronáutica, da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros, e com os nossos irmãos operários. Esta unidade entre militares e operários completa-se com a

participação dos oficiais nacionalistas e progressistas das três armas na comemoração da data aniversária de nossa Associação.

Nós, marinheiros e fuzileiros, que almejamos a libertação de nosso povo, assinalamos que não estamos sozinhos. Ao nosso lado, lutam, também, operários, camponeses, estudantes, mulheres, funcionários públicos e a burguesia progressista; enfim, todo o povo brasileiro.

Após enunciar os aliados dos marinheiros e dos fuzileiros navais no trecho acima, o cabo Anselmo, a seguir, enfatiza seu empenho pelas reformas de base, em pleno entrosamento com as demandas sociais dos grupos políticos liderados pelo Comando Geral dos Trabalhadores:

Nosso empenho é para que sejam efetivadas as reformas de base, Reformas que abrirão largos caminhos na redenção do povo brasileiro. Eis por que, do alto desta tribuna do Palácio do Metalúrgico, afirmamos à nação que apoiamos a luta do presidente da República em favor das reformas de base. Aplaudimos com veemência a mensagem presidencial enviada ao Congresso de nossa pátria.

Neste excerto, o enunciador, ao reafirmar o desejo da realização das reformas de base, atribui o caráter “redentor” que as mesmas teriam em relação ao povo brasileiro. “Redenção” sugere a idéia de salvação permanente de todos os males, o que parece certo exagero em se tratando de projetos políticos de um governo. Contudo, independente do exagero concentrado na expectativa das reformas, para o cabo Anselmo, parece que as reformas de base representariam mesmo a “redenção do povo brasileiro” e, para tanto, deveriam ser “veementemente” defendidas. A isso segue o seguinte raciocínio: se as reformas de base representam a redenção do povo brasileiro, ninguém tem o direito de opô-las; quem, portanto, apresentar oposição deverá ser veementemente combatido. Daí a constituição de um discurso antagônico contra todos os grupos contrários às reformas de base. Para o enunciador, existe um forte aliado, o presidente da República, que segundo o cabo Anselmo, luta pela efetivação das reformas. Na seqüência do discurso:

Clamamos aos deputados e senadores que ouçam o clamor do povo, exigindo as reformas de base. Ainda esperamos que o Congresso Nacional não fique alheio aos anseios populares. E com urgência reforme a Constituição de 1946, ultrapassada no tempo, a fim de que, extinguindo o § 16 do art. 141, possa realmente, no Brasil, se fazer uma reforma agrária. Dizemos que somos contrários à indenização prévia em dinheiro para desapropriações. O bem-estar social não pode estar condicionado aos interesses do Clube dos Contemplados. É necessário que se reforme a Constituição para estender o direito de voto aos soldados, cabos, marinheiros e aos analfabetos. Todos os alistáveis deverão ser elegíveis, para que novamente não ocorra a injustiça como a cometida contra o sargento Aimoré Zoch Cavalheiro.

Neste ponto, o discurso se dirige aos membros do Congresso Nacional, no sentido da acolhida da reforma constitucional que preveria a reforma agrária sem indenização prévia em dinheiro, bem como em relação ao direito de voto extensivo aos militares, dando o exemplo do deputado gaúcho cassado, o sargento Aimoré Zoch Cavalheiro. Ao demandar todas essas medidas, o enunciador “clama” para que os parlamentares “ouçam o clamor do povo, exigindo as reformas de base”. Aqui é interessante questionar: qual clamor do povo? Onde o enunciador encontra esses clamores e essas exigências populares? No comício de 13 de março, que reuniu em torno de cento e cinqüenta mil manifestantes? E a Marcha da Família com Deus pela Liberdade, uma resposta da direita ao Comício da Central do Brasil, que reuniu em torno de meio milhão de manifestantes pedindo a deposição de Goulart e francamente contrários às reformas de base, não pode ser classificado também como manifestação popular? Segue a manifestação:

Em nossos corações de jovens marujos palpita o mesmo sangue que corre nas veias do bravo marinheiro João Cândido, o grande Almirante Negro, e seus companheiros de luta que extinguiram a chibata na Marinha. Nós extinguiremos a chibata moral, que é a negação do nosso direito de voto e de nossos direitos democráticos. Queremos ver assegurado o livre direito de organização, de manifestar o pensamento, de ir e

vir. Defendemos intransigentemente os direitos democráticos e lutamos pelo direito de viver como seres humanos. Queremos, na prática, a aplicação do princípio constitucional: “Todos são iguais perante a lei”. Nós, marinheiros e fuzileiros navais, reivindicamos a Reforma do Regulamento Disciplinar da Marinha, regulamento anacrônico que impede até o casamento; não interferência do Conselho do Almirantado nos negócios internos da Associação dos Marinheiros e Fuzileiros Navais do Brasil; reconhecimento pelas autoridades navais da AMFNB; anulação das faltas disciplinares que visam apenas a intimidar os associados e dirigentes da AMFNB/ estabilidade para os cabos, marinheiros e fuzileiros; ampla e irrestrita anistia aos implicados no movimento de protesto de Brasília.

Neste trecho, o enunciador dedica suas reivindicações estritamente em relação aos marinheiros e fuzileiros navais. Lembrando de João Cândido, líder da histórica “Revolta da Chibata”, faz menção à “chibata moral”, “que é a negação do nosso direito de voto e de nossos direitos democráticos”. Tal “chibata moral” refere-se especialmente à “Revolta dos Sargentos”, ocorrida em setembro de 1963, que justamente reivindicava a elegibilidade de sargentos, cabos e soldados para cargos públicos. É possível ainda perceber, no último período do excerto, a retomada dessa reivindicação no momento em que o cabo Anselmo demanda a “ampla e irrestrita anistia aos implicados no movimento de protesto de Brasília”.

Outra passagem que merece especial destaque é a que segue: “queremos ver assegurado o livre direito de organização, de manifestar o pensamento, de ir e vir. Defendemos intransigentemente os direitos democráticos e lutamos pelo direito de viver como seres humanos”. Nesse ponto, é possível conjecturar que o cabo Anselmo demanda, em nome da Associação dos Marinheiros e Fuzileiros Navais do Brasil, o direito dessa associação ser reconhecida pela alta oficialidade da Marinha como legítima, tendo por base o princípio constitucional do “livre direito de organização”. Isso pressupõe que os marinheiros desejam que as Forças Armadas sejam instituições mais democráticas e menos hierárquicas, o que é plenamente negado pelos oficiais. Aliás, para esses últimos, a possibilidade de existência de uma Associação como esta representaria a própria

causa da sua desestruturação. As duas posições, a dos oficiais da Marinha e a da Associação, representavam duas visões antagônicas de considerar a organização das Forças Armadas. Para o enunciador do pronunciamento em análise, esse direito de associação dos marinheiros e fuzileiros navais iguala-se ao próprio direito de eles serem considerados seres humanos: “lutamos pelo direito de viver como seres humanos”. Esse ponto de vista da Associação reflete-se no que o cabo Anselmo ainda demanda no final do excerto em análise: a reforma no Regulamento Disciplinar da Marinha, segundo ele anacrônico, “que impede até o casamento”, para que as autoridades da Marinha reconheçam a Associação e que cessem os efeitos das faltas disciplinares que estariam intimidando seus associados e dirigentes. Finaliza seu discurso da seguinte forma:

Iniciamos esta luta sem ilusões. Sabemos que muitos tombarão para que cada camponês tenha direito ao seu pedaço de terra, para que se construam escolas, onde os nossos filhos possam aprender com orgulho a História de uma pátria nova que começamos a construir, para que se construam fábricas e estradas por onde possam transitar nossas riquezas. Para que o nosso povo encontre trabalho digno, tendo fim a horda de famintos que morrem dia a dia sem ter onde trabalhar nem o que comer. E sobretudo para que a nossa Bandeira verde e amarela possa cobrir uma terra livre onde impere a paz, a igualdade e a justiça social.

Neste final, o cabo Anselmo finaliza enfocando novamente a constituição de posições antagônicas que seguiu ao longo de todo o seu pronunciamento. É interessante notar que a idéia da “luta de classes”, construída pelos grupos da esquerda brasileira, permeia todos os setores da vida social. Neste caso em especial, a luta de classes está alojada também no seio da corporação militar. Contudo, trata-se de uma luta integrada, uma vez que os marinheiros e fuzileiros navais do Brasil são enunciados como “filhos e irmãos dos operários, dos camponeses, das donas de casa, dos intelectuais e dos oficiais progressistas das nossas Forças Armadas”, como aludido no início do seu pronunciamento. Por essa razão, é necessário que a luta dos marinheiros e dos fuzileiros navais esteja ligada com outras lutas sociais que busquem maiores níveis

de emprego, contra a fome e a carestia, pois essas são as verdadeiras lutas do povo brasileiro na visão de Anselmo.

3 Nota do comando geral dos trabalhadores

Em 26 de março, o Comando Geral dos Trabalhadores (CGT) emitiu nota⁸ de apoio ao presidente João Goulart denunciando as “forças reacionárias” contrárias à democracia. O tema central foi o reflexo político gerado pelas medidas tomadas por Jango desde o comício da Central do Brasil de 13 de março. Dessa forma, assim inicia o documento:

As forças reacionárias, inconformadas com o avanço democrático do nosso povo e com os recentes decretos patrióticos do presidente da República – o da Supra, dos alugueís e gêneros alimentícios e encampação das refinarias de petróleo –, articulam-se, pública e notoriamente, visando à deposição do presidente da República, para anular aquelas conquistas e impor ao nosso povo restrições às liberdades democráticas e sindicais.

Claramente a nota inicia com um tom de denúncia, acrescido ainda ao fato de a mesma eleger dois discursos com objetivos antagônicos. De um lado, o “povo”, o “presidente da República” e o próprio “CGT”, articulados a partir de valores como “democracia” e “decretos patrióticos”. Do outro lado, o CGT elege os seus inimigos: as “forças reacionárias”, cujo objetivo é o de “anular aquelas conquistas”, notadamente “os decretos patrióticos” e a deposição do “presidente da República”. Na seqüência:

A crise da Marinha, que se deve, única e exclusivamente, às articulações de oficiais golpistas, foi derrotada nos seus objetivos, com a serena solução encontrada pelo presidente da República, que é o chefe Supremo das Forças Armadas, nos termos constitucionais. Todavia, desmascarando os seus propósitos golpistas, insistem, os mesmos oficiais que

⁸ O presente documento encontra-se disponível em Bonavides (2002).

a promoveram, através agora de pronunciamentos desrespeitosos e atitudes insubordinadas, em solapar a autoridade do presidente da República, tentando sensibilizar outras áreas militares, com o objetivo de depor o Sr. João Goulart.

Note-se que no primeiro parágrafo da nota, o CGT não havia nominalmente enunciado quem fazia parte das “forças reacionárias”. Começa a fazê-lo neste parágrafo, quando, a partir do exemplo da recente “crise da Marinha”, denuncia os seus “oficiais golpistas” como os primeiros a fazer parte da cadeia de equivalências da articulação golpista. A mencionada “derrota dos objetivos dos oficiais golpistas” em relação à crise naquela Arma, segundo a nota, foi “serenamente” solucionada pelo presidente. De fato, o que ocorreu foi a decretação da libertação dos militares envolvidos no episódio que fora ordenada por João Goulart. Entretanto, segundo o documento em análise, os “oficiais golpistas” da Marinha continuam tentando “solapar a autoridade do presidente da República”, buscando adeptos “golpistas” em outras “áreas militares”. Continua a nota:

O esquema do golpe está sendo articulado politicamente pelos governadores Carlos Lacerda, da Guanabara, Ademar de Barros, de São Paulo, Magalhães Pinto, de Minas Gerais, e Ildo Meneghetti, do Rio Grande do Sul. Esse esquema, que conta, inclusive, com apoio de oficiais golpistas do II e III Exércitos e da Força Pública de Minas Gerais, articula-se com as lideranças ibadianas do Congresso Nacional, que estão convocando os parlamentares para discutir a seguinte ordem do dia: projeto do deputado Aniz Badra (que é uma falsa reforma agrária), para aprová-lo; instalação de uma base naval do Estados Unidos da América do Norte em território brasileiro; anistia dos sargentos, para recusá-la, com o objetivo de lançar sargentos contra marinheiros.

Neste trecho, o documento enuncia outros elementos que compõem as “forças reacionárias”, além dos oficiais da Marinha: os “governadores Carlos Lacerda, da Guanabara, Ademar de Barros, de São Paulo, Magalhães Pinto, de Minas Gerais, e Ildo Meneghetti, do Rio Grande do Sul”, “oficiais golpistas do II e III Exércitos e da Força Pública de Minas Ge-

rais”, “IBAD” e membros do Congresso Nacional. Note-se a constituição de um poderoso grupo denominado de “forças reacionárias”, pois que é composto por elementos significativos da política e das Forças Armadas.

Além de constituir os grupos do campo golpista, a nota anuncia importantes medidas que estariam para serem tomadas no âmbito do Congresso Nacional. Inicialmente em relação à ordem do dia na Câmara dos Deputados a qual previa que um projeto de uma “falsa reforma agrária” seria aprovado. Além disso, a nota afirma que uma base militar norte-americana seria instalada no Brasil, podendo-se inferir que os Estados Unidos também teriam parte nas articulações golpistas. Enfim, seria ainda votada a “anistia aos sargentos” e que a mesma seria recusada para “lançar sargentos contra marinheiros”, segundo o documento, tendo em vista que os marinheiros haviam sido recentemente anistiados por Goulart, numa tentativa, portanto, de desarticular as forças políticas tidas pelo CGT como as forças populares. Seguindo a nota:

Na impossibilidade de combater, frontalmente, as reformas de base, sugeridas na mensagem presidencial de 15 de março, os golpistas procuraram explorar os sentimentos religiosos de nosso povo, sob o falso pretexto do anticomunismo. Nesse sentido a marcha para o dia dois de abril na Guanabara constitui importante peça na articulação do golpe, cujo esquema já aponta o ministro Ribeiro Costa, presidente do Supremo Tribunal Federal, ou o Marechal Eurico Gaspar Dutra como substituto do presidente da República.

Neste trecho é interessante notar que, segundo o CGT, as “forças reacionárias” não poderiam combater “frontalmente” as “reformas de base”, anunciadas na mensagem presidencial de 15 março (e anteriormente no Comício da Central do Brasil), tendo em vista de as mesmas já estarem na agenda política havia, pelo menos, dois anos, ou seja, ainda no período parlamentarista. Não poder combater “frontalmente” as reformas de base significa que o “combate” deveria ser marginal, ou seja, atacar-se-ia o problema não no seu princípio (quem na opinião pública seria contra as reformas?), mas no instrumento da concretização das mesmas, que era o presidente João Goulart. Isso significa, na visão do CGT, que motivo

principal das “forças reacionárias” estarem armando um golpe contra Goulart era o de que o presidente estava propondo políticas contrárias aos interesses dos reacionários, e que as mesmas não poderiam ser atacadas “frontalmente”, principalmente pelos políticos, tendo em vista que a legitimação dos mesmos é medida pelo número de votos dos eleitores que sendo o povo, segundo o CGT, não estariam contrários às reformas. Uma campanha de denúncia de organizações da esquerda contra políticos “frontalmente” contrários as reformas poderia significar a não reeleição dos mesmos. Contudo, o problema ainda persistia às “forças reacionárias”, ou seja, como acabar com as reformas sem que isso acarretasse um prejuízo aos seus artífices? Derrubando o presidente, segundo o cálculo do CGT.

O artifício usado para a derrubada do presidente João Goulart era o de “explorar os sentimentos religiosos de nosso povo, sob o falso pretexto do anticomunismo”, a partir de uma “marcha para o dia dois de abril na Guanabara”. Tal marcha, congênere à “Marcha da Família com Deus pela Liberdade”, na ocasião, recentemente ocorrida em São Paulo, teria como objetivo associar a figura do presidente da República com a dos movimentos “comunistas”, argumentando-se que ambos eram anticristãos e ateus. Tal marcha, conforme a nota, serviu para “explorar os sentimentos religiosos” do povo brasileiro, no sentido de confundi-lo em relação aos propósitos positivos dos “decretos patrióticos” do presidente Goulart. Para não conseguir os avanços sociais perseguidos por organizações como o CGT, as “forças reacionárias” pretendiam desqualificar as ações presidenciais a partir da acusação de o mesmo ser “comunista” e, portanto, anti-religioso. O golpe, nesse sentido, seria dado para depor o instrumento das reformas, o presidente da República, no sentido de alcançar o objetivo principal, ou seja, barrar as mesmas. O “esquema golpista”, conforme o documento, já estava de forma avançada preparado, pois inclusive já previa dois substitutos de Goulart: “o ministro Ribeiro Costa, presidente do Supremo Tribunal Federal, ou o Marechal Eurico Gaspar Dutra”. Na seqüência da nota:

O CGT e todas as forças populares responderão, por todos os meios, a qualquer tentativa de golpe que vise a enfraquecer a autoridade do pre-

sidente João Goulart para atingir o seu mandato. Aos golpistas, civis e militares, advertimos que a classe trabalhadora brasileira não permitirá nenhum entrave no caminho que já iniciamos pelas conquistas das reformas sugeridas na mensagem presidencial e pela imediata constituição de um governo nacionalista e democrático. Nesta luta, contamos com a maioria do povo brasileiro, integrada de civis e militares patriotas.

O documento, no excerto acima, enuncia as forças que resistirão ao golpe mencionado anteriormente, partindo das “forças populares”, da “classe trabalhadora brasileira”, da “maioria do povo brasileiro, integrada de civis e militares patriotas”. É interessante que, para dar realidade à categoria “maioria do povo brasileiro”, a nota estabelece os avanços já alcançados por essa pretensa maioria: “conquistas das reformas sugeridas na mensagem presidencial e pela imediata constituição de um governo nacionalista e democrático”. As conquistas da mensagem presidencial, na verdade, dizem respeito a um conjunto de medidas propostas pelo presidente Goulart como o decreto do congelamento dos aluguéis, o decreto da Supra, a encampação das refinarias de petróleo privadas, medidas tomadas pelo Executivo federal entre 13 e 15 de março. A nota deixa vago, no entanto, o fato de que o excerto “pela imediata constituição de um governo nacionalista e democrático”, pode sugerir que o próprio governo de Jango venha a ser este governo, ou, pelo contrário, que ele representava uma etapa que o CGT entendia necessária para um efetivo “governo nacionalista e democrático” no futuro. Finalizando a nota:

O Comando Geral dos Trabalhadores, neste momento que pode ser decisivo para os destinos da pátria, consciente da importância da posição da classe trabalhadora nesta emergência, concita os sindicatos, a todos os trabalhadores da cidade e do campo, a manterem-se preparados para desfechar a greve geral em todo o território nacional na defesa das liberdades democráticas e sindicais, determinando que o golpeamento do mandato e autoridade do presidente João Goulart seja imediatamente respondido com a total paralisação do trabalho.

Preparados e unidos, trabalhadores barrarão o golpe e exigirão as reformas de base. Em todos os setores de trabalho ou nas ruas, combatendo

a reação e o golpe, usando as forças de luta que o momento comportar, além da greve geral, nossa primeira iniciativa.

Neste último excerto, é enunciada estratégia de ação do CGT: a convocação de uma greve geral para resistir ao golpe. No sentido de buscar a unidade das “forças populares”, o Comando Geral dos Trabalhadores “concita os sindicatos, a todos os trabalhadores da cidade e do campo”, ou seja, novamente é enunciado o “povo” como elemento capaz de resistir ao eminente golpe.

4 A posição da união nacional dos estudantes

Nesta seção, serão analisados dois documentos de autoria de lideranças da União Nacional dos Estudantes. Primeiramente, um panfleto não datado produzido pela entidade às vésperas do golpe militar. Na seqüência, será apresentada uma nota da UNE de 30 de março.

O panfleto, inicialmente, possui os seguintes título e subtítulo: “Da une ao povo brasileiro: o golpe reacionário está em marcha. É preciso que o povo se organize para o contra-golpe”.⁹ Fazendo uma “radiografia” do documento, percebe-se nitidamente a sua subdivisão, o seu “movimento”. Em outras palavras, o panfleto apresenta uma interessante didática, que explica “quem quer o golpe”, “como se articula o golpe” e a maneira como se deve “organizar o contra-golpe”. Essa forma de organizar a explicação denota que para a UNE estavam dados e claros todos os passos do golpe e que ela, na condição de organização estudantil e política contrária ao mesmo, tinha a tarefa, não somente de denunciá-lo, mas de “desmascará-lo” ante os olhos do povo brasileiro no intuito de ajudá-lo na organização e na execução do contra-golpe. Analisando mais demoradamente o documento, parte a parte, seu primeiro excerto assim se apresenta:

⁹ Documento extraído do Arquivo do CPDOC (Arquivo JC 1964.02.19).

QUEM QUER O GOLPE?

- 1) os grupos estrangeiros ligados ao petróleo, às empresas de publicidade, à indústria farmacêutica.
- 2) os gorilas militares e civis.
- 3) os latifundiários ameaçados pelo decreto da SUPRA.
- 4) os comerciantes inescrupulosos ameaçados pela SUNAB.
- 5) os grandes proprietários de imóveis que não mais poderão especular com a habitação das classes populares.

Neste primeiro excerto, o documento elege diretamente os golpistas, tendo em vista os acontecimentos conjunturais naquele março de 1964. Isso se comprova, por exemplo, se for considerado o Decreto nº 53.701, de 13 março de 1964, que trata da desapropriação, em favor da Petrobrás, das companhias permissionárias do refino de petróleo.¹⁰ O referido Decreto, conforme o documento em análise, provavelmente tenha sido a principal razão da constituição do pólo antagônico formado pelos “grupos estrangeiros ligados ao petróleo”. Outro elemento que constitui o grupo golpista é composto pelos “latifundiários ameaçados pelo decreto da SUPRA”, justamente em função da publicação do Decreto nº 53.700, também de 13 de março de 1964, que declara de utilidade pública para fins de desapropriação para promover a reforma agrária áreas inexploradas ou exploradas contrariamente à função social da propriedade. Os “grandes proprietários de imóveis que não mais poderão especular com a habitação das classes populares” também fazem parte, segundo a UNE, do grupo de golpistas, tendo em vista a publicação pelo presidente João Goulart do Decreto nº 53.702, de 14 de março de 1964, que tabela o preço dos aluguéis de imóveis em todo o território brasileiro.

¹⁰ O Decreto nº 53.701, de 13 março de 1964, estatui no art. 1º as companhias petrolíferas a serem desapropriadas: “Art. 1º. Ficam declaradas de utilidade pública, para fins de desapropriação em favor da Petróleo Brasileiro S.A. (Petrobrás), as ações de propriedade de todos e quaisquer acionistas das companhias permissionárias do refino de petróleo: Refinaria e Exploração de Petróleo ‘União’ S.A., Refinaria de Petróleo de Manguinhos S.A., Companhia de Petróleo da Amazônia S.A., Indústrias Matarazzo de Energia S.A., Refinaria de Petróleo Ypiranga S.A. e Destilaria Rio-Grandense de Petróleo S.A.”.

Esses exemplos inferem a idéia que para a União Nacional dos Estudantes grande parte das razões do golpe estava sendo dada naquele março de 1964. Constam também no rol de golpistas elementos constituídos antes daquele período como, por exemplo, “os gorilas militares e civis”. O termo “gorilas” era empregado pela “esquerda” da época para designar os membros da “direita golpista”. Tendo em vista a existência de golpistas já considerados “tradicionais” pela UNE e pela constituição conjuntural de novos, em função dos decretos presidenciais publicados em março de 1964, pode-se afirmar, com relativa segurança, que, para a UNE, o golpe já era uma ameaça anterior a março de 1964, mas que teve especial impulso naquela conjuntura em que Goulart lançou medidas políticas consideradas populares. Na seqüência do documento:

COMO SE ARTICULA O GOLPE?

- 1) pela exploração dos sentimentos religiosos para fins políticos.
- 2) pela exploração de setores militares menos esclarecidos, principalmente em virtude da recente crise da Marinha.
- 3) pela articulação de governadores (Lacerda, Adhemar, Meneghetti, Ney Braga, Magalhães Pinto) da maioria do Congresso (UDN, PSD), para o “impeachment” do Presidente da República.

Se, no trecho anterior, o documento apontava os grupos interessados no golpe, nesta parte, é enunciado como o movimento golpista se articulava. Três são os elementos apontados.

O primeiro elemento, a “exploração dos sentimentos religiosos para fins políticos”, apresenta fortes indícios de que o documento denuncia que os “golpistas” propalavam que os movimentos de esquerda, inspirados na tradição política marxista, eram anti-religiosos, anticristãos. Segundo a UNE, essa estratégia discursiva golpista buscava confundir a população com o argumento de que não seria possível um movimento político querer o melhor para o povo sendo esse anti-religioso ou anticristão. A prova mais presente, naquele contexto, foi a “Marcha da família com deus pela liberdade”, organizada em resposta ao “Comício das reformas”, ocorrida inicialmente em São Paulo, em 19 de março, que se consistiu numa “manifestação cívico-religiosa, de que participariam elementos de

todos os credos” (SILVA, 1975, p. 337). A “Marcha” teve imediata repercussão em outras capitais brasileiras, como Porto Alegre, Rio de Janeiro e Belo Horizonte. Com a efetivação do golpe, o movimento alterou sua denominação para as “Marchas da Vitória”. O conteúdo discursivo da “Marcha da Família”, conforme Silva, consistia numa “reafirmação dos ideais de liberdade do povo brasileiro e de seus propósitos de impedir a qualquer custo a comunização do Brasil” (1975, p. 337).

O segundo elemento, ou seja, a “exploração de setores militares menos esclarecidos”, diz respeito diretamente à crise na Marinha, comandada pelo cabo Anselmo, já tratada neste trabalho. A exploração dos “setores militares menos esclarecidos”, segundo o documento, pode ser atribuída aos almirantes da Marinha, uma vez que esses oficiais afirmavam que o ocorrido feria a hierarquia daquela Arma e, portanto, a própria existência da organização militar, argumento amplamente contestado pelos revoltosos, como já apresentado.

O terceiro elemento menciona a “articulação” dos governadores Carlos Lacerda, Adhemar de Barros, Ildo Meneghetti, Ney Braga e Magalhães Pinto, além da maioria do Congresso Nacional, representado pela UDN e pelo PSD, em torno de um possível “impeachment” do presidente da República. De fato, ocorriam no âmbito do Congresso Nacional, manifestações de políticos ligados ao PSD e à UDN nesse sentido, principalmente tendo em vista manifestações de parlamentares de esquerda, como Leonel Brizola, que pregavam inclusive o fechamento do Congresso Nacional e a convocação de uma nova Assembléia Nacional Constituinte para reformular a Constituição Federal de 1946. João Goulart, no sentido de ver efetivadas as “reformas de base”, via também a necessidade de reformas na Constituição, o que inclusive afirmou em seu discurso no Comício de 13 de março. Ocorre que a composição política classificada como de direita acusava o presidente de, juntamente com organizações políticas consideradas de extrema esquerda, como o CGT, preparar um golpe de estado visando promover a “comunização” do país. Daí o panfleto da UNE acusar a direita (os governadores e os partidos supracitados) de estarem planejando o impedimento do presidente sob alegação de que o mesmo estaria conspirando contra o regime democrático do país. O documento conclui nos seguintes termos:

ORGANIZAR O CONTRA-GOLPE É:

- 1) unirem-se os operários em seus sindicatos, esperando palavra de ordem do CGT;
- 2) organizarem-se tôdas as camadas populares para a resistência contra as articulações da minoria golpista;
- 3) aguardarem os estudantes a palavra de ordem da UNE.

PELAS LIBERDADES DEMOCRÁTICAS

PELO PROSSEGUIMENTO DAS MEDIDAS PROGRESSISTAS E POPULARES

O GOLPE É A SENHA DO LEVANTE POPULAR PELAS REFORMAS
GOLPE É SENHA DE GREVE GERAL.

Apresentados nas duas primeiras partes “quem quer” e “como se articula” o golpe, neste último excerto, a União Nacional dos Estudantes conclama a organização para a resistência. Três formas são listadas.

A primeira delas, em relação aos “operários”, para que esses esperassem a “palavra de ordem do CGT”. Nesse ponto, é interessante fazer menção ao fato de que há evidências bem claras de que o CGT exercia, na época, papel de liderança do movimento de esquerda. No panfleto em análise, tal liderança é percebida na última frase do documento, qual seja, “golpe é senha de greve geral”, uma vez que a greve geral foi a palavra de ordem do CGT para conter o golpe civil-militar de 31 de março.

A segunda forma de conclamação, de caráter mais geral, diz respeito às “camadas populares” se organizarem “para a resistência contra as articulações da minoria golpista”. Já a última forma, “aguardarem os estudantes a palavra de ordem da UNE”, diz respeito à busca da entidade para articular em torno de si, a exemplo do CGT com os movimentos laborais, os estudantes brasileiros.

Enfim, o documento proclama quatro palavras de ordem. Merece especial destaque a penúltima. “O golpe é a senha do levante popular pelas reformas” induz a idéia de que, quando a “direita” iniciar o golpe, isso representaria a “senha” de um “levante popular” em direção às reformas. Apesar de ter sido usado o termo “reformas”, fica claro, pelo contexto discursivo apresentado no documento, que a UNE desejava, na verdade, um processo revolucionário mais profundo, para além das reformas de

Goulart. No momento de um “levante popular”, caso fosse vitorioso, provavelmente as “reformas de base” requeridas por Jango e pela esquerda democrática teriam avanços tímidos. Nesse sentido, há possibilidade de se ler a conclamação em apreço da seguinte forma: “o golpe é a senha do levante popular pela revolução”.

Na véspera do golpe, ou seja, em 30 de março de 1964, a União Nacional dos Estudantes, se antecipando as outras organizações sociais, lançou a seguinte nota¹¹ assinada pelo seu então presidente nacional, José Serra, que assim inicia:

Ao Povo:

A União Nacional dos Estudantes, ante a gravidade de situação política nacional, vem:

1. Reafirmar seu inteiro apoio às últimas medidas progressistas do governo federal, inclusive à solução correta e firme e ao mesmo tempo equilibrada e serena com que pôs termo à recente crise da Marinha;
2. Alertar os estudantes e o povo brasileiro para a pregação espúria dos que, falsamente, a pretexto de restabelecer a legalidade e a disciplina, na realidade o que pretendem é impedir o crescimento das forças populares e a efetivação das reformas de base;
3. Denunciar com veemência a trama golpista, já em execução, com que se procura, derrubando o presidente, instituir um regime de força, que esmague os movimentos populares, suprima suas recentes conquistas e trave o processo da democratização do país; (...).

Neste primeiro excerto, a nota faz menção a três pontos. O primeiro deles, o “inteiro apoio” às decisões políticas tomadas pelo presidente da República como as medidas tendo em vista às reformas de base, dando especial destaque à solução encontrada pelo chefe de Estado à crise da Marinha, anistiando os militares revoltosos. O segundo ponto diz respeito à denúncia direcionada aos grupos alinhados à “direita”, como os oficiais da Marinha e do Exército, que criticavam a indisciplina nas Forças Armadas, aos líderes políticos principalmente filiados à UDN e ao

¹¹ O presente documento encontra-se disponível em Bonavides (2002).

PSD, que cada vez mais isolavam Goulart no seio do poder e se juntavam aos “conspiradores”. Nesse sentido, o que a nota está chamando de “pregação espúria” é que, em nome do “pretexto de restabelecer a legalidade e a disciplina, na realidade, o que pretendiam era impedir o crescimento das forças populares e a efetivação das reformas de base”. O terceiro ponto diz respeito à “trama golpista” sendo executada pelos mesmos sujeitos que pregam o restabelecimento da “legalidade” e da “disciplina”, já mencionados no ponto anterior. Segundo a União Nacional dos Estudantes, o objetivo desses golpistas é o de esmagar os “movimentos populares”, suprimir as recentes conquistas (anúncio e primeiras medidas das reformas de base) e “travar” o “processo de democratização e de reestruturação do país”. A nota finaliza conclamando os estudantes universitários brasileiros

4. Conclama a todas as Uniões Estaduais, Diretórios Centrais de Estudantes e Diretórios e Centros Acadêmicos e a todos universitários, enfim, para que se mobilizem por todos os meios, em assembléias, atos públicos, passeatas, e permaneçam em estado de alerta, prontos a qualquer momento a resistir intransigentemente, fiéis à heróica tradição de resistência democrática do movimento estudantil brasileiro, a qualquer tentativa de deposição do presidente constitucionalmente eleito, ou de violência às liberdades democráticas.

José Serra

Presidente da UNE.

A conclamação dos estudantes universitários brasileiros foi a tentativa da UNE de, a exemplo do CGT em relação aos trabalhadores, ser o ponto de articulação central dos estudantes. A entidade esperava dos seus liderados uma atitude “heróica” contra os canhões reais e a força bruta dos golpistas militares e civis.

5 O CGT e a última tentativa de articulação das esquerdas

Em 31 de março, o CGT lançou uma nota oficial¹² denunciando o princípio do que seria o efetivo golpe civil-militar de 1964. Este documento gerou quase imediatamente o lançamento de mais quatro. Dessa forma, acompanhando a “Nota do Comando Geral dos Trabalhadores”, o Comando dos Trabalhadores Intelectuais (CTI), a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria (CNTI), a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG) e o Pacto de Unidade e Ação (PUA) solidarizaram-se com a estratégia do CGT para conter o golpe em curso. Nesta seção, serão analisados em conjunto estes documentos, tomando-se como documento principal o produzido pelo CGT. A razão para considerar a proeminência da nota do CGT sobre as demais se revela no fato de que foi a partir desta que as outras surgiram. Em outras palavras, o discurso do CGT constituiu-se no ponto nodal da articulação discursiva que envolveu, além de ele próprio o CTI, a CNTI, a CONTAG e o PUA.

O principal objetivo desse discurso sindical constituído era o de impedir o golpe e a conseqüente deposição de João Goulart. A estratégia principal para a sua contenção era relativamente simples: a deflagração de uma greve geral em todo o país. Nesse sentido, essas são as duas marcas presentes em todos os documentos produzidos por essas entidades naquele 31 de março de 1964. No tocante ao CGT, sua nota assim inicia:

Ao Povo:

O Comando Geral dos Trabalhadores, diante dos últimos acontecimentos, que confirmam a denúncia da articulação reacionária para golpear as liberdades democráticas e sindicais e depor o Presidente da República, determina a imediata Greve Geral em todo o Território Nacional.

O golpe, que se inicia com a sublevação armada do Estado de Minas Gerais, sob o comando de Magalhães Pinto e seus cúmplices Carlos Lacerda, Ademar de Barros e Ildo Menegheti, objetiva impedir que se concretizem as reformas sugeridas na Mensagem Presidencial de 15 de março, para manter os odiosos privilégios contra o povo brasileiro.

¹² Todos os documentos analisados nesta seção encontram-se disponíveis em Bonavides (2002).

O início da nota do CGT denuncia a “articulação reacionária” golpista para depor o presidente Goulart, a partir de sublevação armada iniciada em Minas Gerais. É interessante notar que, segundo o documento, tal movimento tem como comandante o governador de Minas Gerais, Magalhães Pinto, acompanhado por seus cúmplices “Carlos Lacerda, Ademar de Barros e Ildo Menegheti”, também governadores, respectivamente do Rio de Janeiro, São Paulo e Rio Grande do Sul, o que se pode denotar, conforme a leitura conjuntural do CGT, que o golpe teve origem civil e não militar, ou, pelo menos, o papel dos militares naquele momento seria somente o de dar suporte armado às intenções políticas dos governadores supra citados. O objetivo do golpe, já inclusive mencionado pelo CGT em manifesto anteriormente analisado, era o de impedir as “as reformas sugeridas na Mensagem Presidencial de 15 de março, para manter os odiosos privilégios contra o povo brasileiro”.

O CGT, diante da situação, “determina a imediata Greve Geral em todo o Território Nacional”. Merece grifo especial a expressão “determina”, tendo em vista que a entidade se sentia no direito de tomar uma decisão unilateral e fazer com que essa decisão fosse prontamente atendida pelos “trabalhadores”. Isso denota um sentimento de legitimidade por parte do CGT.¹³ Segue a nota:

Em vários estados as liberdades democráticas e sindicais já não vigoram e os trabalhadores estão sendo encarcerados e ameaçados de morte.

A primeira questão relevante de ser destacada no excerto acima diz respeito às “liberdades democráticas e sindicais” não estarem mais vigorando em vários estados. Ressalte-se a necessidade que a entidade teve de destacar, por um lado, “liberdades democráticas” e, por outro lado, “liberdades sindicais”. Em termos formais, a noção de democracia já pressupõe a de liberdade sindical, no ponto em que são tratadas as liberdades de expressão e de associação. Contudo, parece que o CGT enten-

¹³ Legitimidade questionada por dois motivos principais. Primeiro, tendo em vista que a entidade não tinha legitimidade jurídica de funcionamento. A segunda razão, certamente mais importante do que a primeira, pelo fato de que o resultado da “determinada” greve geral foi pífio como estratégia de contenção do golpe civil-militar vitorioso.

dia que a idéia de “liberdade sindical” merecesse prerrogativas especiais, daí a necessidade de singularizá-la em relação à democracia.

Outra questão importante de ser revelada neste trecho diz respeito à idéia de que os “trabalhadores estão sendo encarcerados e ameaçados de morte”. Esse ponto é de crucial importância, tendo em vista que com ele se busca uma adesão dos “trabalhadores em geral”, induzindo os mesmos a que, se a situação de golpe iminente não for revertida, outros trabalhadores comuns, não envolvidos com movimentos políticos, também poderão ser “encarcerados e ameaçados de morte”, pois os golpistas, segundo o trecho, são contra a “classe trabalhadora” em geral.

Na verdade, não são os trabalhadores comuns que estão sofrendo com o golpe, mas os dirigentes sindicais que, na visão do CGT, antes de exercerem papel político na entidade, são trabalhadores como quaisquer outros. Entretanto, é importante lembrar que os que estavam sendo presos não o eram por serem trabalhadores em si, como sugere o excerto, mas porque exerciam cargos sindicais, ou seja, as prisões eram de natureza política. Esse efeito de sentido produzido pelo CGT é muito importante de ser levado em consideração, tendo em vista que um discurso visa à articulação do maior número possível de elementos e de grupos políticos. Os trabalhadores ordinários, indiferentes aos acontecimentos políticos, estavam sendo buscados pelo CGT para assumirem a condição de momentos diferenciais na articulação discursiva antigolpista. A nota assim termina:

Companheiros trabalhadores da cidade e do campo, em greve, mantenhamo-nos unidos com os soldados, marinheiros, fuzileiros, cabos, sargentos, suboficiais e oficiais nacionalistas e democratas, com as mulheres e os estudantes, na defesa das liberdades democráticas e sindicais, na defesa do mandato e da autoridade do Presidente João Goulart e pela aprovação das reformas de base, para que a nossa Pátria se liberte da miséria e do analfabetismo, dos privilégios e da exploração estrangeira que infelicitam o nosso povo.

Mantenhamo-nos concentrados em nossas organizações sindicais, nas praças públicas, mobilizados dia e noite, para derrotar os golpistas, traidores da Pátria.

Viva o Brasil!

Rio de Janeiro 31 de março de 1964.

Na passagem acima, são conclamados os “trabalhadores da cidade e do campo” para que esses se unam com outros grupos, entendidos pelo CGT não como trabalhadores, pelo menos no sentido tradicional. Esses grupos são divididos em três tipos: os militares, as mulheres e os estudantes. É relevante focar a atenção ao tipo “militar”, tendo em vista que a nota se refere aos militares de baixas patentes, ou seja, “soldados, marinheiros, fuzileiros, cabos, sargentos, suboficiais”. Quando é feita a alusão aos oficiais militares, são incluídos os adjetivos “nacionalistas e democratas”. Duas questões devem ser consideradas neste ponto. Primeiramente, segundo o documento, todos os militares de baixa patente estariam pretensamente do lado do CGT. Segundo, os oficiais das Forças Armadas estão divididos em duas categorias: de um lado, os “nacionalistas e democratas”, que estão do lado da entidade e, por consequência, dos “trabalhadores” e, de outro lado, os “antinacionalistas e antidemocratas”, que estão no pólo dos golpistas “da miséria e do analfabetismo, dos privilégios e da exploração estrangeira que infelicitam o nosso povo”.

A nota do CGT, como já afirmado, gerou uma seqüência de notas de solidariedade e de compromisso por parte de outras entidades trabalhadoras. Serão enfocados, a partir de agora, estas manifestações, visando à caracterização da ocorrência de um discurso unificador, tendo como pólo articulador privilegiado, construído pelo CGT, a defesa do Brasil contra o golpe e pelas reformas de base e, como estratégia de ação, a greve geral proposta. Inicia-se pela nota produzida pelo Comando dos Trabalhadores Intelectuais (CTI):

O Secretariado Executivo do CGT

O Comando dos Trabalhadores Intelectuais

O Comando dos Trabalhadores Intelectuais (CTI), componente de larga frente democrática que a passos cada vez mais decididos e vigorosos está conduzindo o país à concretização das reformas de base indispensáveis à sua total independência em face do atentado às liberdades ocorrido no Estado de Minas Gerais;

- solidariza-se seus companheiros trabalhadores do CGT, vítimas de inominável atentado fascista do Governo Carlos Lacerda.

- conclama o povo brasileiro a manter-se unido em sua vigorosa repulsa à insurreição direitista, que é um episódio a mais na conspiração largamente financiada pelo imperialismo e seus locais internos.

- apóia o presidente João Goulart nesta hora em que as forças reacionárias tentam impedir-lhe o cumprimento das medidas encaminhadas em seu discurso de 13 de março e na mensagem enviada ao Congresso Nacional, início da libertação do povo brasileiro.

Rio, 31 de março de 1964.

Pelo Secretariado Executivo:

Alex Viany – Álvaro Vieira Pinto – Álvaro Lins – Antônio Teixeira Filho
– Dias Gomes – Domar Campos – Ênio Silveira – Geir Campos – M.
Cavalcanti Proença – Moacir Felix e Nelson Werneck Sodré.

Se comparada a presente nota com a mensagem do CGT anteriormente analisada, denota-se claramente e adesão do Comando dos Trabalhadores Intelectuais ao discurso do CGT, uma vez que o documento do CTI parte também do pressuposto, no seu primeiro parágrafo, que estão sendo tentadas, a partir de Minas Gerais, as “liberdades” e a “concretização das reformas de base indispensáveis”. Importante ressaltar que há nítida coerência sobre as razões do golpe em ambos os documentos, ou seja, a necessidade “direitista” de barrar as reformas do governo de João Goulart. Não aponta a nota para a adesão à greve geral. Contudo, todos os pontos destacados, ou seja, a solidariedade aos membros do CGT presos no Rio de Janeiro, a conclamação do povo brasileiro à luta contra a “insurreição direitista”, financiada pelo “imperialismo e seus locais internos” e o apoio ao presidente João Goulart em torno das reformas de base anunciadas no dia 13 de março na Central do Brasil sugerem a solidariedade e o apoio do CTI ao CGT.

Assim como a posição assumida pelo CTI, a Confederação Nacional dos Trabalhadores da Indústria, também aderiu ao discurso do CGT, conforme segue:

Ao povo
e aos Trabalhadores

A C.N.T.I., em consonância com a determinação de imediata deflagração de Greve Geral, em todo o território nacional, emitida pelo Comando Geral dos Trabalhadores, conclama o povo brasileiro, e em particular os trabalhadores industriários, a cerrarem fileiras em torno das forças vivas da Nação, na luta pela legalidade democrática, pelas liberdades sindicais e pela preservação do mandato do presidente João Goulart, contra os articuladores da trama golpista desencadeada no país.

Para tanto, concita os trabalhadores a se mobilizarem em suas entidades sindicais, iniciando a reação contra o golpe, através da imediata deflagração de Greve Geral, já decretada pelo CGT.

Nesta mensagem, a CNTI, de forma mais enfática do que a expressa pelo CTI, adere ao discurso construído pelo CGT. Todos os elementos discursivos estão presentes: iminência do golpe contra o mandato do presidente João Goulart, incitação dos trabalhadores, “em particular os trabalhadores industriários”, para barrar o golpe e a estratégia para evitá-lo, a greve geral “já decretada pelo CGT”. Na seqüência do documento:

Fique certo o presidente da República que os industriários brasileiros, assim como souberam levar a S. Excia. os brados de suas sentidas reivindicações, também saberão no presente e no futuro defender, intransigentemente o seu mandato, porque assim procedendo estarão conseqüentemente salvaguardando o seu programa de Reformas de Base e os interesses legítimos da Nação Brasileira.

Pela Vitória da Legalidade eis a palavra de ordem do CNTI.

Pela Diretoria – *Clodsmidt Riani – Dante Pellacani – Benedito Cerqueira – Francisco Plácido das Chagas – Júlio Marques da Silva.*

O trecho final da nota demonstra nitidamente que a defesa do mandato do presidente da República significa a realização das reformas de base por ele anunciadas. Novamente aqui existe um consenso entre os momentos constituintes da prática articulatória cujo ponto nodal é a manutenção do mandato do presidente para a promoção das reformas. As reformas de base representam a grande bandeira de luta e de resistência

ao golpe então iniciado em Minas Gerais. Isso fica ainda mais claro quando a nota apresenta o seguinte trecho:

Os industriários brasileiros, assim como souberam levar a S. Excia. os brados de suas sentidas reivindicações, também saberão no presente e no futuro defender, intransigentemente o seu mandato, porque assim procedendo estarão conseqüentemente salvaguardando o seu programa de Reformas de Base e os interesses legítimos da Nação Brasileira.

O excerto acima infere à idéia de que o presidente, na ótica do CNTI, nem sempre conduziu sua política de Estado de acordo com os interesses representados pela Confederação. Entretanto, desde o Comício da Central do Brasil, com o anúncio das reformas de base, a CNTI assumiu a posição de defesa do mandato de Goulart, tendo em vista isso significar diretamente a efetivação do programa reformista. Além das manifestações do CTI e da CNTI, a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG) também se juntou ao discurso do CGT conforme a seguinte nota, datada de 31 de março:

Aos Camponeses

Aos Trabalhadores

A CONTAG, tendo em vista as atitudes de franca provocação e dos fatos consumados que as forças da reação acabam de adotar contra as liberdades dos trabalhadores e do povo, vem de público declarar sua integral solidariedade ao CGT que acaba de declarar Greve Geral em todo o país.

O início do manifesto presume a imediata adesão da CONTAG na articulação promovida pelo Comando Geral dos Trabalhadores, no momento em que a entidade dos trabalhadores na agricultura se solidariza com a greve geral nacional declarada pelo CGT, em função das “atitudes de franca provocação e dos fatos consumados que as forças da reação acabam de adotar contra as liberdades dos trabalhadores e do povo”. Na seqüência da nota:

As razões que nos levaram a essa atitude prendem-se ao fato de que as forças da reação, que desde algum tempo vinham adotando a cada instante medidas mais criminosas, que iam desde o maltrato até o assassinato de camponeses e suas famílias, nesta data resolveram iniciar o processo do golpe para se apoderarem definitivamente do poder central. Nesse sentido, então, os Governadores da Guanabara, Minas Gerais, São Paulo, Paraná e Rio Grande do Sul entrosados num esquema, vêm de invadir os Sindicatos, prender e espancar líderes sindicais e estudantis, ao mesmo tempo que lançavam atrevidos manifestos e declarações contra o presidente da República, contra as forças legislativas e progressistas, conclamando, enfim, as suas polícias a se sublevarem contra os poderes constituídos.

O excerto acima denota que as razões da adesão da CONTAG à greve geral convocada pelo CGT não eram somente momentâneas. Há “algum tempo” as “forças da reação” vêm tomando “medidas criminosas”, que consistiam no maltrato e, inclusive, no assassinato de camponeses e de suas famílias. Contudo, fica também evidente que a CONTAG aderiu à proposta do CGT, tendo em vista que claramente a entidade camponesa vislumbrava, naquele 31 de março o princípio do golpe militar: “as forças da reação (...) nesta data resolveram iniciar o processo do golpe para se apoderarem definitivamente do poder central”.

O trecho informa ainda como estaria ocorrendo o referido golpe, num esquema em que os governadores Carlos Lacerda, Magalhães Pinto, Adhemar de Barros, Ney Braga e Ildo Meneghetti (conforme a ordem dos estados disposta no excerto em análise) estariam envolvidos e que resultava no espancamento e na prisão de líderes sindicais e estudantis, “ao mesmo tempo que lançavam atrevidos manifestos e declarações contra o presidente da República, contra as forças legislativas e progressistas, conclamando, enfim, as suas polícias a se sublevarem contra os poderes constituídos”. Destaques especiais devem ser dados à denúncia da CONTAG sobre o uso das polícias estaduais na sublevação contra os “poderes constituídos”. Com esta última afirmação, é possível fazer a inferência que os governadores supra referidos estavam flagrantemente agindo contra a lei, sendo, portanto, o golpe uma atitude ilegal. Isto é, aliás, óbvio

de se afirmar. Entretanto, parece interessante ter em vista que a CONTAG, juntamente com o CGT e as demais entidades que faziam parte do movimento pela greve geral, estava, a partir desta nota, defendendo a manutenção da legalidade e a greve geral seria uma forma de lutar pela manutenção do Estado Democrático de Direito que estava sendo quebrado pelo “esquema” do qual faziam parte os governadores de cinco importantes estados brasileiros. Na seqüência do documento:

Não querem que os camponeses tenham terra; que sejam livres; que seus filhos sejam alimentados e alfabetizados. Não desejam, enfim, que o povo, os trabalhadores e a Nação tenham melhores dias.

Parece possível afirmar, tendo em vista o trecho acima, que os governadores citados e os demais membros do “esquema” golpista eram inimigos dos “camponeses”, dos “filhos” dos camponeses, do “povo”, dos “trabalhadores” e da “Nação”. Isso porque, segundo a CONTAG, os golpistas não desejam que os “camponeses tenham terra”, “que sejam livres”, ou seja, os golpistas queriam, conforme a nota, que os camponeses fossem “sem terra” e “não livres”, o que denota a afirmar que os golpistas queriam que os camponeses fossem “escravos”. Além disso, os golpistas não desejavam que os filhos dos camponeses fossem “alimentados” e “alfabetizados”. Como se não bastasse, os golpistas não desejavam ainda que o “povo”, os “trabalhadores” e a “Nação” tivessem melhores dias, ou seja, os governadores e os demais membros do “esquema” do golpe, segundo a nota, queriam, no limite, o fim do povo brasileiro. Na seqüência da nota:

Diante disso, nós camponeses, como parte integrante do CGT, absolutamente, não podemos ficar de braços cruzados e deixar que as forças do mal ajam livremente contra o povo e suas conquistas sociais. Sobretudo não podemos permitir que essas forças impeçam a realização das Reformas preconizadas pelo Presidente João Goulart, na Mensagem enviada ao Congresso.

Nessas condições, apoiamos totalmente a Greve Geral deflagrada pelo CGT e recomendamos que todos os camponeses do país desenvolvam os seus

esforços no sentido de que a posição adotada pelos trabalhadores brasileiros seja plenamente executada também no campo, até a vitória final.

Camponês, a luta do soldado, do marinheiro, do cabo, do sargento e dos oficiais progressistas é a nossa luta.

Camponês, a luta do operário urbano e do estudante esclarecido é a nossa luta.

Camponês, a luta por um Governo democrático e nacionalista é a nossa luta.

Unidos derrotaremos o golpe, o latifúndio e a exploração estrangeira.

Rio de Janeiro, 31 de março de 1964.

Lindolfo Silva – Presidente – *Sebastião L. de Lima* – Secretário Geral –
José R. dos Santos – 1º Secretário.

Diante do manifesto desejo dos golpistas de não querer que os camponeses tenham terra, liberdade, alimentação e alfabetização, que o povo, os trabalhadores e a Nação não tenham melhores dias, é necessário que a CONTAG não fique de “braços cruzados” deixando que as “forças do mal ajam livremente contra o povo e suas conquistas sociais”. O emprego da expressão “forças do mal” aparece, nesse momento, como o corolário qualificador dos golpistas. Nesse particular, portanto, parece razoável afirmar que os golpistas acima mencionados representavam sujeitos oriundos das “trevas”, da “escuridão”, uma vez que “forças do mal” pode sugerir uma analogia com “forças demoníacas”, “diabólicas”. Sendo assim, a luta contra os golpistas é uma luta antagônica, em que a vitória completa sobre o oponente representa a sua total dissolução e a condição mesma de emancipação da força vitoriosa. Tudo o que é negado pelos golpistas, segundo a CONTAG, só será efetivamente conseguido pelos trabalhadores rurais e pelo povo brasileiro se esse pólo antagônico for completamente derrotado.

Segundo o excerto, é razoável afirmar que o primeiro passo para a derrota das “forças do mal” é lutar pela garantia das reformas de base anunciadas por João Goulart na Mensagem por ele enviada ao Congresso Nacional, em 15 de março, por ocasião da abertura dos trabalhos legislativos de 1964: “não podemos permitir que essas forças impeçam a realização das Reformas preconizadas pelo Presidente João Goulart, na

Mensagem enviada ao Congresso”. A estratégia para conter o golpe é seguir a palavra de ordem da greve geral decretada pelo CGT, numa clara união entre os “trabalhadores do campo e da cidade”: “apoiamos totalmente a Greve Geral deflagrada pelo CGT e recomendamos que todos os camponeses do país desenvolvam os seus esforços no sentido de que a posição adotada pelos trabalhadores brasileiros seja plenamente executada também no campo, até a vitória final”.

No final da nota, a CONTAG elenca os grupos políticos “anti-golpe”. Inicialmente, o “camponês”, uma vez que a nota é primordialmente a ele dirigida. Juntamente ao “camponês”, ao “soldado”, ao “marinheiro”, ao “cabo”, ao “sargento” e aos “oficiais progressistas”. Além dos militares, formavam ainda o grupo os “operários urbanos” e os “estudantes esclarecidos”, no sentido da já referida união entre “trabalhadores do campo e da cidade”, acrescida ainda dos “estudantes esclarecidos”, liderados pela União Nacional dos Estudantes. Já os objetivos da luta “anti-golpe” eram por um “governo democrático e nacionalista”, contra o “golpe”, o “latifúndio” e a “exploração estrangeira”.

Além dos documentos emitidos pelo CGT, CTI, CNTI, CONTAG, o Pacto de Unidade e Ação (PUA) emitiu a seguinte nota num tom que pode ser considerado mais radical do que as anteriores, conforme segue:

Aos Trabalhadores e ao Povo!

O Pacto de Unidade e Ação, integrado pelos trabalhadores das categorias de estivadores, ferroviários, arrumadores, marítimos e portuários de todo o país, em face da sublevação armada para depor o presidente da República, liquidar com as lutas populares pelas Reformas de Base e liberdades democráticas e sindicais, determina a imediata paralisação dos serviços dos arrumadores, estivadores, ferroviários, marítimos e portuários em todo o Território Nacional.

Neste primeiro excerto, o PUA, dirigindo-se aos trabalhadores e ao povo, se apresenta como sendo a entidade representativa dos “estivadores, ferroviários, arrumadores, marítimos e portuários de todo o país” e, a exemplo das demais organizações analisadas neste artigo, “determina a imediata paralisação” desses profissionais em todo o país, tendo em vis-

ta a “sublevação armada para depor o presidente da República, liquidar com as lutas populares pelas Reformas de Base e liberdades democráticas e sindicais. A utilização da expressão “determina a imediata paralisação”, induz a idéia de que o PUA detém o pleno controle das categorias profissionais por ele representadas, o que passa, portanto, a idéia de que a paralisação dos mesmos teria amplo êxito. Continuando o manifesto:

Confirmando nossas denúncias, grupos de “gorilas” e antipovo, sob o comando de Magalhães Pinto e a criminoso cumplicidade de seus parceiros Carlos Lacerda, Ademar de Barros e Ildo Menegheti, agridem em choques armados o Exército fiel ao Governo federal e ao povo, na desesperada e inútil tentativa de golpear a autoridade do presidente da República e sufocar as manifestações populares e progressistas dos patriotas civis e militares. Querem chacinar o povo para poderem manter seus odiosos privilégios, os interesses antinacionais internos e externos e a perpetuidade do latifúndio.

O golpe é denunciado no trecho acima e, inclusive, seu comandante é anunciado: Magalhães Pinto, governador de Minas Gerais, estado onde, de fato, foi iniciado o movimento armado que pôs termo ao governo de Goulart. É interessante, como consta na nota, que o líder do golpe é um civil e não um militar, como se os militares estivessem a serviço do governador de Minas Gerais e de seus “criminosos cúmplices”, os outros governadores. Segundo o enunciado, parece ser lícito afirmar que, nestes primeiros momentos do golpe, este estava sendo dado por civis com o apoio de militares.

Os golpistas “agridem em choques armados o Exército fiel ao Governo federal e ao povo”, ou seja, existia um Exército fiel ao governo Goulart e ambos eram fiéis, por consequência, ao povo. Assim, o governo Goulart era percebido pelo PUA como um governo que imprimia suas políticas no interesse do povo. A expressão “querem chacinar o povo”, ou seja, “assassinar brutalmente” o povo brasileiro, representava, conforme a nota, o desejo dos que se insurgiam naquele momento. Isso para manter “seus odiosos privilégios, os interesses antinacionais internos e externos e a perpetuidade do latifúndio”. Na seqüência, o manifesto enuncia mais claramente as ações dos golpistas:

Na Guanabara, a polícia fascista de Carlos Lacerda invade a sede do PUA e tenta assassinar seus dirigentes, inclusive o nosso presidente. Mantém mais de uma dúzia de líderes sindicais presos e apesar de todos os nossos esforços não se sabe, até agora, o que foi feito dos bravos companheiros entregues à sanha dessa malta de bandidos e facínoras. Como em bando de assaltantes, tomados de pânico e desespero, continuam invadindo outras organizações, metralharam a sede, da UNE, ferindo dois jovens estudantes, atirando contra os fuzileiros ali postados e metralham a seguir as tropas da Aeronáutica postadas nas imediações do Ministério da Aeronáutica e Sindicato dos Aeronautas.

O Governos da Guanabara, Minas, Rio Grande do Sul e São Paulo caíram na ilegalidade, enveredando na senda da traição aos interesses desses Estados, da Nação e povo brasileiros.

As ações dos golpistas estão descritas no trecho acima, dando-se especial destaque àquelas promovidas pelo governador da Guanabara, Carlos Lacerda. No trecho anterior, a nota fazia referência genérica a uma “chacina do povo”. Neste excerto, essa “chacina” é novamente referida, mas tomando-se o caso concreto das lideranças sindicais perseguidas: “na Guanabara, a polícia fascista de Carlos Lacerda invade a sede do PUA e tenta assassinar seus dirigentes, inclusive o nosso presidente”. Entende-se possível interpretar que a tentativa de assassinato dos dirigentes do PUA é uma prova concreta de que é verdade que os golpistas estão “chacinando o povo”, se levar em consideração que os líderes sindicais do PUA, especialmente seu presidente, são, não somente representantes das categorias incorporadas pelo Pacto de Unidade e Ação, mas como representantes sindicais, são representantes do próprio povo. O que a nota parece induzir é que um possível assassinato de um líder sindical do PUA, assim como de qualquer outro sindicalista, é um assassinato do próprio povo, pois que a representação dos interesses do povo é tão legítima e transparente, que os líderes sindicais parecem incorporar os mais sinceros desejos da população brasileira, numa interpretação literal, digna do mais fiel representante: conforme a nota, líder sindical em nada se diferencia do povo, ele é o próprio povo. Por outro lado, os golpistas diferenciam-se do povo, sendo, portanto, segundo o PUA, contrários aos seus interesses.

Além disso, os golpistas são classificados da forma criminosa mais cruel: “malta de bandidos e facínoras”, “bando de assaltantes, tomados de pânico e desespero”. Tais adjetivos negam totalmente a existência, na época, de uma disputa política entre “direita” e “esquerda”, entre “reformistas” e “conservadores”. Não foram sujeitos da “direita” que deram um golpe de Estado, mas bandidos e facínoras que “assaltaram” o poder político. Dessa forma, a motivação golpista não era política, segundo o PUA, mas simplesmente criminosa, conduzida por um “bando de assaltantes, tomados de pânico e desespero”, o que pode sugerir também a idéia de uma horda “bandida” e “assassina”. Ao final, a nota enuncia a estratégia de resistência e o desejo dos seus subscritores:

Arrumadores, Estivadores, Ferroviários, Marítimos e Portuários de todo o Brasil!

Greve Geral e Ações de massa nas ruas e nas praças contra o golpe Reacionário e Criminoso dos Trabalhadores da Pátria é a Decisão do Pacto de Unidade e Ação.

Pela garantia e ampliação das liberdades democráticas e sindicais!

Em Defesa do Mandato do Presidente João Goulart!

Em defesa de nossos direitos e conquistas!

Pelas Reformas de Base, contra o Latifúndio e o Imperialismo!

Unidos, Mobilizados e Coesos com todos os Patriotas, Civis e Militares, marchemos decididamente para a vitória, pela felicidade dos trabalhadores de cidade e do campo, pelo bem-estar de nosso povo e a completa emancipação de nossa Pátria.

Em 31 de março de 1964.

Federação Nacional dos Arrumadores

Federação Nacional dos Estivadores

Federação Nacional dos Ferroviários

Federação Nacional dos Trabalhadores do Transporte Marítimo

Federação Nacional Trab. Grupo de Máq. Marinha Merc.

Federação Nacional dos Portuários

União dos Portuários do Brasil.

Nesse trecho final, o PUA alinha-se na articulação promovida pelo CGT, tanto no que tange à estratégia de contenção do golpe, a greve geral, como em relação aos objetivos desses movimentos laborais, principalmente a manutenção das reformas de base anunciadas e já postas em marcha pelo presidente João Goulart. É interessante notar a existência de uma forte unidade discursiva na articulação em questão. Todas as notas e os manifestos descritos demonstram uma nitidez de objetivos (reformas de base) e também uma nitidez de reação ao golpe (greve geral). No entanto, a força real desses grupos de esquerda para a contenção do golpe era infinitamente menor do que a dos golpistas. Além de uma clara desvantagem militar, a esquerda não pareceria deter também, naquele contexto, hegemonia política capaz de atrair o “povo”, esse ente abstrato que para esses movimentos parecia tão real e por eles efetivamente representado, para o sucesso de uma greve geral que fizesse retroagir ao *status quo ante* do resultado do movimento de 31 de março de 1964.

6 Considerações finais: os “diagnósticos de desordem” e as “soluções de ordem” dos movimentos de esquerda

Não seria nenhum exagero considerar o mês de março de 1964 como uma das páginas mais conturbadas da vida republicana brasileira. Não somente pelo desfecho autoritário, que rendeu conseqüências terríveis à saúde da democracia no Brasil, mas pelo fato de que os grupos políticos que disputavam naquele contexto histórico pareciam estar aquém de qualquer solução democrática, tendo em vista os fortes impasses políticos gerados em torno das reformas de base.

Neste artigo foi realizada uma radiografia das posições políticas assumidas pelos movimentos populares, mormente os de cunho sindical e estudantil, que esperavam de João Goulart posições e ações governamentais mais agressivas em torno das mudanças sociais prometidas pelas reformas de base. No sombrio mês de março de 1964, o “diagnóstico de desordem” desses grupos esquerdistas radicais estava claramente definido: a iminência de um golpe conservador e direitista contra João Goulart, o que representava o impedimento do avanço do processo de reformas.

A “solução de ordem”, plenamente reativa ao seu “diagnóstico”, era simplesmente luta pela manutenção do presidente no cargo.

Contudo, a estratégia política desses movimentos era a da simples radicalização do processo político já instável no período. Assim, o Comando Geral dos Trabalhadores e as demais entidades políticas por ele articuladas exigiam de Goulart a implementação das reformas de base, importando-se muito pouco com o custo político que tais medidas representavam. Esses grupos não esperavam outra coisa senão uma clara atitude nesse sentido. Expediram notas e manifestos em que tal exigência era uma unanimidade. Além das reformas, desejavam claramente também que o governo federal combatesse grupos políticos e militares de direita extremamente influentes no período. Assim, queriam de Goulart uma posição autenticamente reformista, que poderia ser considerada na época como sendo radical e que permitia pouca margem de negociação política com os adversários.

A posição assumida pelas esquerdas sindicalistas, que antagonizava com grupos políticos extremamente poderosos, era, no entanto, muito frágil de ser sustentada na luta real que se avizinhava. Ao seu lado, perfilavam insignificantes grupos das Forças Armadas, formados primordialmente por militares de baixa patente e, portanto, com pouca influência política. No contexto da arena política, uma posição política radical pró-reformas era também muito frágil entre os parlamentares no Congresso Nacional. Assim, no embate antagônico, pouco podia ser feito. O radicalismo das posições da esquerda acabava em suas próprias palavras. O insucesso da greve geral chamada pelo CGT, em 31 de março, em resposta ao golpe em curso, demonstrou quão frágil era a possibilidade de re-

sistência por parte de tais grupos contra o rolo compressor direitista. Nesse sentido, 1º de abril de 1964 foi a data inicial do silêncio forçado dos grupos e dos ideais progressistas no Brasil.

Referências

BONAVIDES; Paulo; AMARAL; Roberto. *Textos políticos da história do Brasil*. (Volumes VII e IX). Brasília: Senado Federal, 2002. [CD ROM].

LAMARÃO, Sérgio. Instituto brasileiro de ação democrática (IBAD). In: *Dicionário histórico-biográfico brasileiro pós-30*. Rio de Janeiro: FGV/CPDOC, 2001. 2781-2782 p.

MENANDRO, Heloísa. Comício das reformas. In: *Dicionário histórico-biográfico brasileiro pós-30*. Rio de Janeiro: FGV/CPDOC, 2001. 1459-1461 p.

SILVA, Hélio. *1964: golpe ou contragolpe?* Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1975.